



PERFIL DE ESCOLARIDADE VERSUS OCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES E AS IMPLICAÇÕES NA VIDA DESTES JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DA PARAÍBA

Francinaldo dos Santos Lima¹; Ana Paula Furtado Soares Pontes²

*¹ Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Email: francinaldodossantoslima@gmail.com*

² Professora doutora orientadora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - email: anaufpb@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta os níveis de escolaridade dos trabalhadores do Estado da Paraíba e sua ocupação no mercado de trabalho, bem como outras questões sociais relevantes. Identifica a necessidade de implantação de uma política de educação voltada para a População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO) com perfil dos sujeitos da EJA, uma vez que os dados revelam alto índice de trabalhadores sem instrução nenhuma e que necessitam serem inseridos na educação de jovens e adultos. Assim, a partir da análise que teve como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), discute-se, com base nos dados coletados as fragilidades da política de educação de Jovens e adultos, no intuito de promover o debate sobre os baixos índices de escolaridade dos paraibanos e a necessidade de implantação de estratégias para o enfrentamento dessa realidade. As variáveis de interesse foram: grupamentos de atividades principais, sexo, idade, escolaridade, faixa etária, classes de rendimentos e vínculo dos trabalhadores. Foram realizadas análises descritivas com bases em frequências absolutas e relativas das variáveis de interesses, optou-se como ferramenta operacional pelo programa Excel versão 2007 da Microsoft, para a construção de gráficos, quadros e tabelas, objetivando melhor visualização dos resultados. Trata-se de uma investigação de cunho quali-quantitativa, que tem como objetivo descrever o perfil escolar dos trabalhadores do Estado da Paraíba, no ano de 2012. Como resultado, concluímos que existem elevado número de trabalhadores com baixo nível de escolaridade e sem instrução e menor de 01 (um) ano de estudo com 12,2%.

Palavras – chave: Educação escolar, Alfabetização. Trabalhador e escolaridade.

INTRODUÇÃO

A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situada a leste da região Nordeste e tem como limites o Estado do Rio Grande do Norte ao Norte, o Oceano Atlântico à Leste, Pernambuco ao Sul e o Ceará à Oeste. Ocupa uma área de 56.439 km². Nas estimativas do IBGE, a população do Estado em 2013 foi 3.914.421 habitantes, sendo o décimo terceiro Estado mais populoso do Nordeste (IBGE, 2012).

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), existem 2.597.838 de pessoas com mais de 18 anos na Paraíba. No Estado, em 1991, a taxa de analfabetismo entre 18 anos ou mais era



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

alarmante: 42,09%. Em 2000, a taxa baixou para 30,39%, e em 2010, chegou aos 23,39%. A taxa de analfabetismo entre 11 a 14 anos era de 5,39%; e de 15 a 17 anos, era de 4,12%. Entre o número de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, a Paraíba é o 5º Estado com pior percentual: 20,56%, à frente de Alagoas (19,82%), Piauí (18,30%), Maranhão (18,24%) e Tocantins (16,70%).

Como sabemos o problema do analfabetismo no Brasil é uma questão que deve ser enfrentada mediante uma política pública federal que prioriza o Programa Brasil Alfabetizado como um dos principais projetos sociais a serem desenvolvidos para buscar soluções viáveis para combater o analfabetismo.

O analfabetismo divide-se em duas vertentes: o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. No primeiro caso, a pessoa não teve nenhum ou pouco acesso à educação. No segundo caso, a pessoa é capaz de identificar letras e números, mas não consegue interpretar textos e realizar operações matemáticas mais complexas. As duas formas de analfabetismo comprometem o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), publicada em 2014 pelo IBGE, o analfabetismo tem caído no país, mas ainda alcança 13 milhões de brasileiros acima de 15 anos, o que corresponde a 8,3% da população. “O ponto mais preocupante revelado pelo estudo é que o analfabetismo atinge todas as regiões do país”. Isso mostra que é urgente e necessário o foco em políticas públicas para erradicá-lo, como já foi feito em outros países.

Em se tratando de municípios importantes do ponto de vista populacional no Estado, de acordo com dados do IBGE (2010), a capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, concentra 19,7% da população do Estado. Outros municípios importantes do ponto de vista populacional são Campina Grande (10,2 %), Santa Rita (3,2%), Patos (2,7 %), Bayeux (2,6%), Sousa (1,7%), Cabedelo (1,6%), Sapé (1,3%), Cajazeiras (1,5 %), Guarabira (1,5%), Mamanguape (1,1%), Queimadas (1,1%), Catolé do Rocha (0,8 %), Esperança (0,8%), Monteiro (0,8%), Pombal (0,8%), São Bento (0,8%), Alagoa Grande (0,7%), Lagoa Seca (0,7%) e Pedras de Fogo (0,7%), que representam 54,5% da população dos 223 municípios do Estado, sendo considerados os mais importantes do ponto de vista econômico, por concentrar o maior número de bens e meios de produção do Estado.

No que se refere à ocupação o Estado tem apresentado importância em números de empregos formais, alcançando 628 mil em 2012, correspondente ao crescimento de 2,15% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2011, segundo dados da Relação Anual de

Informações (RAIS/MTE, 2012).

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Esta realidade pode ser atribuída, em parte, ao crescimento econômico, cujo desenvolvimento se deu principalmente por meio da instalação de novos empreendimentos, atraídos pelos incentivos fiscais e infraestrutura da região, conforme dados da SECOM-PB (2012). Dentre os ramos produtivos destacaram-se o comércio e reparação, as atividades agrícolas, a indústria, a indústria de transformação e a construção civil, a qual apresenta indicadores positivos de crescimento em todo país, em função das políticas de habitação do governo Federal.

Diante deste cenário o presente o estudo do perfil de escolaridade dos trabalhadores é de suma importância para o Estado, pois reflete a distribuição da força de trabalho e o grau de escolaridade destes, possibilitando planejar ações no âmbito das políticas educacionais para jovens e adultos que não foram alfabetizados e que desejam continuar seus estudos. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi descrever o perfil escolar dos trabalhadores do Estado da Paraíba, do ano de 2012.

METODOLOGIA

Foi avaliada a População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO) do Estado da Paraíba do ano de 2012. A análise teve como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social. (2012). As variáveis de interesse foram: grupamentos de atividades principais, sexo, escolaridade, faixa etária, classes de rendimentos e vínculo dos trabalhadores.

Foram realizadas análises descritivas com bases em frequências absolutas e relativas das variáveis de interesses, optou-se como ferramenta operacional pelo programa Excel versão 2007 da Microsoft, para a construção de gráficos e tabelas, objetivando melhor visualização dos resultados.

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, por se tratar de dados públicos e anônimos, não foi necessário submeter o estudo ao comitê de ética e pesquisa, embora tenham sido resguardados os princípios éticos da pesquisa.

RESULTADOS

(83) 3322.3222

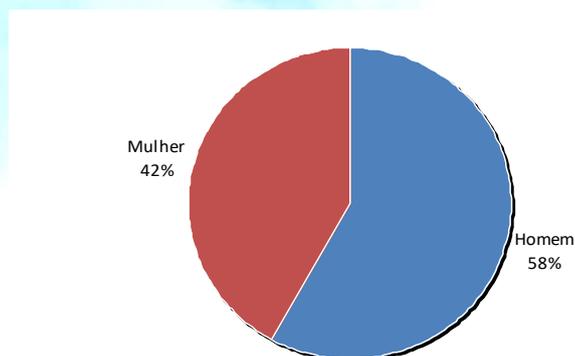
contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



No Gráfico 1, trataremos quantitativamente da relação entre o sexo da PEAO, no período demarcado da análise dos dados.

Gráfico 1 - População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO), conforme sexo, Paraíba, - Brasil, 2012.



Fonte: IBGE, 2012.

A Paraíba apresentou aproximadamente 3.900.000 habitantes em 2012, com a População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO) representando cerca de 1.697.000, equivalente a 43,5% da população Paraibana. Destes, 58% eram do sexo masculino e 42% eram do sexo feminino.

No tabela 1, apresentamos a PEAO, conforme sua inserção no grupamentos de atividade do trabalho principal, ou seja, no mercado de trabalho do Estado. Em 2012, contava com 60.819 mil estabelecimentos de empregos atuantes no Estado. De acordo com os grupamentos de atividade do trabalho principal, o perfil de produção apresentava-se conforme abaixo.

Tabela 1 - População Economicamente Ativa Ocupada (PEAO), conforme grupamentos de atividade do trabalho principal, Paraíba, Brasil - 2012.

Grupamentos de atividade do trabalho principal	N	%
Agrícola	13782000	12,9
Indústria	13214000	12,3
Indústria de transformação	12493000	11,7
Construção	8244000	7,7
Comércio e reparação	16836000	15,7
Alojamento e alimentação	4523000	4,2



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

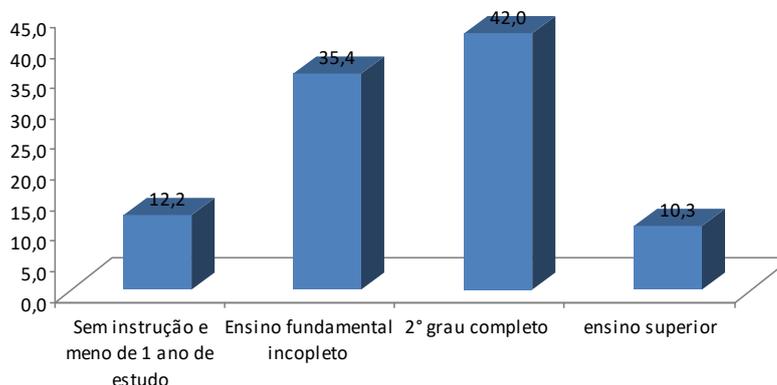
Transporte, armazenagem e comunicação	5266000	4,9
Administração pública	5179000	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	9105000	8,5
Serviços domésticos	6419000	6,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3761000	3,5
Outras atividades	8312000	7,8
Atividades mal definidas	71000	0,1
Total	107205000	100

Fonte: IBGE, 2012.

O perfil de produção apresentava-se da seguinte forma, segundo tabela 1: atividade de comércio e reparação (16%); atividade agrícola (13%); indústria (12%); indústria de transformação (12%); construção civil (8 %); educação, saúde e serviços sociais (8%); outras atividades (7%); serviços domésticos (8%); transporte, armazenamento e comunicação (5%); administração pública (5%); alojamento e alimentação (4%); e outros serviços coletivos, sociais e pessoais (3%).

No gráfico 2, analisamos quantitativamente da relação entre a PEAO e o grau de escolaridade, no período em que os dados foram analisados.

Gráfico 2 - População Economicamente Ativa Ocupada (PEAO), conforme grau de escolaridade, Paraíba, Brasil – 2012.



Fonte: IBGE, 2012.



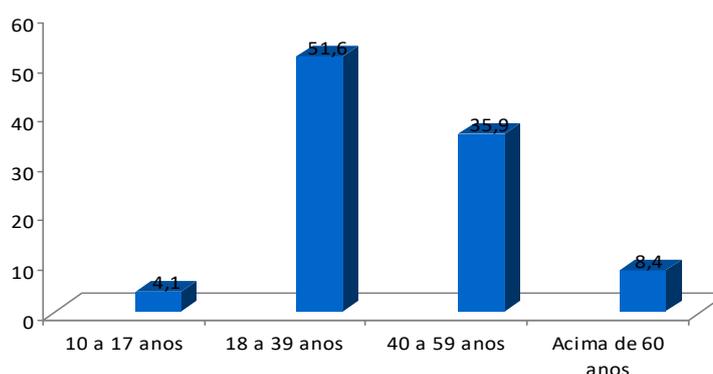
III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No tocante ao nível de escolaridade dos trabalhadores, 42% apresentaram ensino médio completo, representando a maior concentração da força de trabalho, seguidos por nível fundamental com 35,4%, sem instrução e menor de 01 (um) ano de estudo com 12,2%. Com relação ao ensino superior, este apresentou menor concentração da força de trabalho, com apenas 10,3% dos trabalhadores.

No Gráfico 3, identifica-se quantitativamente em percentuais a faixa etária da PEAO do Estado da Paraíba.

Gráfico 3 – População Economicamente Ativa Ocupada (PEAO), conforme faixa etária, Paraíba, Brasil, - 2012.



Fonte: IBGE, 2012.

Ao se avaliar a faixa etária foi verificado maior proporção de trabalhadores entre 18 à 39 anos (51,6 %), seguidos pela faixa etária de 40 à 59 anos (35,9%), dos trabalhadores que estavam acima de 60 anos (8,4%), e na faixa etária de 10 à 17 anos (4,1 %), destes.

No quadro a seguir identificamos a distribuição de valores salariais pagos aos trabalhadores do Estado da Paraíba, no ano de 2012.

Quadro 2 – População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAO), conforme salários, Paraíba, Brasil – 2012.

Salário	N	%
Até 1/2 salário mínimo	302000	18,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	529000	31,6



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Mais de 1 a 3 salários mínimos	459000	27,4
Mais de 3 a 10 salários mínimos	134000	8,0
Mais de 10 a 20 salários mínimos	16000	1,0
Mais de 20 salários mínimos	4000	0,2
Sem rendimento	230000	13,7
Total	1674000	100

* valor do salário mínimo em 2012 - R\$ 622,00
Fonte: IBGE 2012.

Na distribuição de rendimentos, 31,6% dos trabalhadores referiram ganhar de ½ à 1 salário mínimo, 27,4% de 1 à 3 salários mínimos, 13,7% estavam sem rendimentos, e apenas 1,0% deles relataram renda de 10 à 20 salários mínimos

No quadro 3, identificamos a PEAQ, segundo vínculo e contribuição para o Instituto Nacional da Previdência (INSS), no ano de 2012.

Estado	Trabalhadores Formais		Trabalhadores Informais		Trabalhadores por Conta Própria		Outros Trabalhadores		Empregadores		Total
	(*) CTA	MFPE	CPS	NCPS	CPS	NCPS	PPC	NR	CPS	NCPS	
Paraíba	402421	112167	62999	345.963	50576	274195	174.860	35021	12100	7865	1.478.167
Total											1.478.167
Proporção	27,22	7,59	4,26	23,40	3,42	18,55	11,83	2,37	0,82	0,53	100,00
Total proporção	34,81		27,66		21,97		14,20		1,35		100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Quadro 3 - População Economicamente Ativa Ocupada (PEAQ), conforme vínculo e contribuição para o Instituto da Previdência, Paraíba, Brasil - 2012.

(*)Nota: CTA - Carteira de Trabalho Assinada, MFPE - Militares e Funcionários Públicos Estatutários, CPS - Contribuintes para a Previdência Social, NCPS - Não Contribuintes para a Previdência Social, PPC - Produção para Consumo Próprio, NR - Não Remunerados.

A avaliação da População Economicamente Ativa e Ocupada (PEAQ), segundo vínculo e contribuição para o Instituto da Previdência foi apresentada no quadro 3.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O Estado apresentou 34,8% dos trabalhadores em situação de vínculo formal, 27,7% com vínculo informal, já os trabalhadores por conta própria constituíram 22,0% da mão de obra do Estado.

A análise permitiu estimar que cerca de 50% da PEAO do Estado não contribuía para o Instituto Nacional de Previdência Social.

DISCUSSÃO

A partir deste estudo foi possível descrever o perfil do nível de escolaridade, sua ocupação no mercado de trabalho, a faixa salarial, o vínculo empregatício e a contribuição a Previdência Social dos trabalhadores do Estado da Paraíba. As análises revelam a falta de políticas públicas em áreas consideradas essenciais, como na educação, pois o número de pessoas com o segundo grau completo representa 42%, com ensino fundamental 35,4% e sem instrução e menor de 01 (um) ano de estudo com 12,2%.

Um dado que chama mais à atenção são os trabalhadores sem instrução e menor de 01 (um) ano de estudo com 12,2%, no qual, revela uma realidade preocupante para esses trabalhadores, os quais muitos estão enfrentando várias dificuldades na condição de analfabetos.

Os dados evidenciam uma falta de escolarização e melhor qualificação dessa mão de obra, para poder alcançar melhores cargos e maiores salários, conseqüentemente ter acesso a melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Também fica claro que há um desafio muito grande no tocante ao avanço da política da Previdência Social, pois grande parte dos trabalhadores não estava assegurados e nessa condição não teriam direitos aos benefícios e serviços oferecidos pelo Instituto Nacional da Seguridade Social.

Com relação à distribuição de renda, aproximadamente 50% da população ganhava de ½ a 3 salários mínimos e outros 13,7% do PEAO não tinham rendimentos, caracterizando supostamente trabalho não remunerado, evidenciando a existência de trabalho voluntário e possivelmente trabalho análogo a escravo. Também verificou-se maior concentração em 20 cidades Paraibanas consideradas as mais importantes, conforme citadas neste trabalho.

Ao analisar os dados sobre a idade dos trabalhadores do PEAO, verificou-se maior proporção de trabalhadores em idade ainda muito jovem, muitos desses jovens deixaram de estudar para trabalhar, outros deles tentam conciliar trabalho e escola, buscando desenvolvimento profissional e sua formação escolar,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

mas os dados indicam que muitos não conseguiram si quer terminar o segundo grau.

Como sabemos, a qualificação por si mesma não promove desenvolvimento nem justiça social, mas agrega valor ao homem, aumentando as possibilidades de adquirir ou manter seu trabalho. O desenvolvimento segundo Viamonte (2011, p.35 apud Grabowski 2007), não se resume somente ao crescimento econômico, mas implica em melhorias das condições e qualidade de vida de seus cidadãos, redução das desigualdades sociais e regionais, superando a exclusão, da miséria material e intelectual.

CONCLUSÕES

A análise dos dados pesquisados revelou três pontos importantes. Primeiro, o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores, em que 77,5% do PEAO apresentava apenas ensino médio e fundamental. Outro dado que merece atenção são o PEAO sem instrução e menor de 01 (um) ano de estudo com 12,2% destes trabalhadores que estão na condição de analfabetos.

Segundo, com relação aos rendimentos, o qual apresentou uma situação preocupante, tendo em vista que cerca da metade do PEAO (56%) percebia até 03 (três) salários mínimos, tal realidade está relacionada, na maioria das vezes, em função da baixa escolaridade desses trabalhadores. Por fim, a pesquisa revelou que 50% dos trabalhadores não estavam assegurados pela Previdência Social, portanto, sem acesso aos diretos previdenciários.

Diante desse contexto, vislumbra-se a necessidade de investimento e melhoria na qualificação dos trabalhadores e de modo geral avançar no campo educacional para a população de trabalhadores, visto que, quanto mais o trabalhador se qualifica mais garantias de melhores rendimentos, bem como, implica em melhorias das condições e qualidade de vida dos mesmos, redução das desigualdades sociais e regionais, possibilitando assim, a superação da exclusão.

REFERÊNCIAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12/03/2014.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social: 2012. Brasília, DF: MPS, 2012b. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/aeps-2012-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2012/>>. Acesso em: 12/03/2014.

BRASIL: MTE. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Disponível em:
<<http://portal.mte.gov.br/caged/>> Acesso em: 12/03/2014.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: < <http://paraiba.pb.gov.br/> />.
Acesso em: 20/03/2014.

PORTAL CORREIO. Disponível em: < <http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/emprego-e-educacao/educacao/2013/07/31/NWS,227374,44,393,NOTICIAS,2190-TAXA-ANALFABETISMO-CERCA-TODA-PARAIBA.aspx> > acesso em: 15/03/2016

GRABOWSKI, G. Desenvolvimento Local e Regional & Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: BRASIL/MEC - **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Integrar para quê?** Brasília: Secretaria de Educação Básica, p.67-84, 2007.

PAIVA, Vanilda. *Produção e qualificação para o trabalho: Uma revisão da bibliografia internacional*. Rio de Janeiro, UFRJ/IEI, 1989. [[Links](#)].

POSSAS C. *Saúde e Trabalho – a crise da Previdência Social*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PEREIRA, A. Potyara. (2008). Trajetória da política social: da velha Lei dos Pobres ao Welfare State. In: *Política Social: temas & questões*. São Paulo: Cortez.